



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5033771-51.2018.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: MARCELO BAHIA ODEBRECHT

RÉU: GUIDO MANTEGA

RÉU: MONICA REGINA CUNHA MOURA

RÉU: ANDRE LUIS REIS DE SANTANA

RÉU: FERNANDO MIGLIACCIO DA SILVA

RÉU: JOAO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

RÉU: BERNARDO AFONSO DE ALMEIDA GRADIN

RÉU: MAURICIO ROBERTO DE CARVALHO FERRO

RÉU: NEWTON SERGIO DE SOUZA

RÉU: ANTONIO PALOCCI FILHO

RÉU: HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de denúncia por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro contra (evento 1):

- a) André Luis Reis Santana;
- b) Antônio Palocci Filho;
- c) Bernardo Afonso de Almeida Gradin;
- d) Fernando Migliaccio da Silva;
- e) Guido Mantega;
- f) Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho;
- g) João Cerqueira de Santana Filho;
- h) Marcelo Bahia Odebrecht;
- i) Maurício Roberto de Carvalho Ferro;

j) Monica Regina Cunha Moura; e

k) Newton Sergio de Souza.

A denúncia tem por base o inquérito 5054008-14.2015.4.04.7000 e processos conexos, especialmente os processos 5043559-60.2016.4.04.7000, 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.7000.

A denúncia é extensa, sendo oportuna síntese.

2. Tramitam por este Juízo diversos inquéritos, ações penais e processos incidentes relacionados à assim denominada Operação Lavajato.

Em síntese, na Operação Lavajato, foi identificado um esquema criminoso de pagamento sistemático de vantagem indevida a executivos da Petrobrás e a agentes políticos e a partidos políticos que davam sustentação à permanência dos executivos da Petrobrás em seus cargos.

Entre os pagadores de propina, encontra-se o Grupo Odebrecht, abrangendo empresas controladas como a Construtora Norberto Odebrecht e a Braskem Petroquímica.

Na ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000, foram condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa executivos do Grupo Odebrecht e executivos da Petrobrás.

Na evolução das investigações acerca do Grupo Odebrecht, surgiram provas da existência na empresa de um setor específico destinado à realização de pagamentos subreptícios e que, em seu âmbito, era denominado de Setor de Operações Estruturadas.

Executivos do Grupo Odebrecht, inclusive seu Presidente Marcelo Bahia Odebrecht, recorriam a esse setor quando necessária a realização de algum pagamento subreptício, como de vantagem indevida a agentes públicos.

Pagamentos eram efetuados através de contas secretas mantidas no exterior, caso da propina paga aos dirigentes da Petrobrás, ou através de entregas de dinheiro em espécie no Brasil.

Esses fatos foram investigados principalmente nos processos 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.4.04.7000 em trâmite perante este Juízo.

Como produto das investigações, deram origem a várias ações penais propostas perante este Juízo, por exemplo de n.os 5019727-95.2016.4.04.7000, 5035263-15.2017.4.04.7000, 5023942-46.2018.4.04.7000, 5054787-95.2017.4.04.7000 e 5054932-88.2016.4.04.7000.

No âmbito das apurações, foi apreendida, segundo a denúncia, uma espécie de conta corrente geral e informal mantida entre o Grupo Odebrecht e agentes do Partido dos Trabalhadores vinculados à Presidência da República (evento 1, anexo44 e anexo56, fls. 4-7, e anexo57).

A primeira parte da planilha é denominada de "Posição Programa Especial italiano". Ela retrata créditos de 200.098 milhões de reais dos agentes do Partido dos Trabalhadores vinculados à Presidência da República com o Grupo Odebrecht, com saldo a pagar de 66.000 milhões de reais em 31/03/2014.

Há uma segunda parte da planilha, esta denominada de "Posição Pós Itália", que retrata créditos de 132.000 milhões de reais, com saldo a pagar de 101.401 milhões de reais em 31/03/2014.

Segundo a denúncia, Marcelo Bahia Odebrecht geria essa planilha, autorizando a realização dos pagamento segundo os créditos disponíveis.

Ainda segundo a denúncia, Antônio Palocci Filho e Guido Mantega, então agentes públicos federais, realizavam as solicitações de pagamento a Marcelo Bahia Odebrecht.

De forma semelhante, os acertos de corrupção que geravam créditos na planilha seriam feitos principalmente por Marcelo Bahia Odebrecht com Antônio Palocci Filho e Guido Mantega, então agentes públicos federais.

Nas planilhas, Antônio Palocci Filho e Guido Mantega eram identificados pelos codinomes "Italiano" e "Pós-Itália", respectivamente.

A denúncia abrange especificamente um desses acertos de corrupção e que teria envolvido a aprovação do Governo Federal dos parcelamentos especiais previstos nas Medidas Provisórias 449/2008 e 470/2009, e depois na Lei nº 12.249, de 11/06/2010, de conversão da Medida Provisória n.º 472/2009, no que foi, na época denominado de "Refis da crise".

Embora trate-se de medidas legislativas gerais, o parcelamento em questão era especialmente importante para a Braskem Petroquímica, controlada pelo Grupo Odebrecht e com participação acionária relevante da Petrobrás, já que a empresa estava exposta à dívida bilionária decorrente do aproveitamento indevido no passado do crédito prêmio do IPI.

Como consequência da aprovação dos parcelamentos especiais e das condições solicitadas especificamente pelo Grupo Odebrecht, o então Ministro da Fazenda Guido Mantega teria, segundo a

denúncia, solicitado, em reunião no segundo semestre de 2009, contrapartida de cinquenta milhões de reais ao Presidente do Grupo Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht.

Marcelo Bahia Odebrecht teria aceito a solicitação e disponibilizado, por meio de recursos da Braskem Petroquímica, o crédito de cinquenta milhões de reais nas referidas planilhas.

Pelos lançamentos constantes nas planilhas, os créditos passaram a ser utilizados a partir de 2013, segundo a denúncia, por solicitação de Guido Mantega

Desses, cerca de R\$ 15.150.000,00 teriam sido repassados, por solicitação de Guido Mantega, aos acusados João Cerqueira de Santana Filho e Monica Regina Cunha Moura, que prestavam serviços de marketing eleitoral ao Partido dos Trabalhadores.

Discrimina a denúncia aos pagamentos realizados, por vinte e seis vezes, entre 16/01/2014 a 14/05/2014, mediante entregas em espécie pelo Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, que era dirigido por Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho e Fernando Migliaccio da Silva, a João Cerqueira de Santana Filho e Monica Regina Cunha Moura, identificados pelo codinome "Feira", e com o auxílio de André Luis Reis Santana.

A denúncia discrimina nas fls. 106, 107, 110, 112, 113 as planilhas de entregas de valores em espécie pelo Setor de Operações Estruturadas, envolvendo a medida normalmente uma operação dólar cabo, com prévia disponibilização de moeda estrangeira a doleiros que prestavam serviços à Odebrecht. .

Os fatos configurariam corrupção e lavagem de dinheiro.

Esta a síntese da denúncia.

Não cabe nessa fase processual exame aprofundado da denúncia, o que deve ser reservado ao julgamento, após contraditório e instrução.

Basta apenas, em cognição sumária, verificar adequação formal e se há justa causa para a denúncia.

Relativamente à adequação formal, reputo razoável a iniciativa do MPF de promover o oferecimento separado de denúncias a cada grupo de fatos.

Apesar da existência de um contexto geral de fatos, a formulação de uma única denúncia, com dezenas de fatos delitivos e acusados, dificultaria a tramitação e julgamento, violando o direito da sociedade e dos acusados à razoável duração do processo.

Apesar da separação da persecução, oportuna para evitar o agigantamento da ação penal com dezenas de crimes e acusados, remanesce o Juízo como competente para todos, nos termos dos arts. 80 e 82 do CPP.

No que se refere à justa causa para a denúncia, ela se funda em parte na confissão de Marcelo Bahia Odebrecht que descreveu todos os fatos criminosos, primeiro em interrogatório na ação penal conexa 5054932-88.2016.404.7000 (evento 1, anexo22) e ainda em depoimentos prestados na fase de investigação (evento 1, anexo23 e anexo27). Também prestou depoimento similar na ação penal conexa 5063130-17.2016.4.04.7000 (evento 1.068).

Dessas declarações, transcrevo parcialmente trechos dos depoimentos prestados na fase de investigação:

"QUE ANTONIO PALOCCI também participou ativamente, ainda que fora do governo, nas negociações sobre o tema "Refis da Crise"; QUE as diversas tratativas que teve com PALOCCI sempre pressupunham uma colaboração das empresas do grupo para com o candidatos do PT; QUE estas questões sempre estavam "implícitas"; QUE, pela relevância, este assunto acabou sendo pauta de agenda também do pai do COLABORADOR com o ex-Presidente LULA e de contatos entre ALEXANDRINO ALENCAR e GILBERTO CARVALHO; QUE, ao final, a solução encontrada foi a edição de um programa de pagamento dos débitos (REFIS), que possibilitava a utilização de prejuízos fiscais das empresas como moeda de pagamento, além de parcelar a dívida por vários anos, o que seria viabilizado mediante a edição de uma Medida Provisória pelo Presidente da República (LULA); QUE, como contrapartida à edição dessa Medida Provisória, GUIDO MANTEGA pediu ao COLABORADOR uma contribuição que, segundo MANTEGA, serviria à campanha presidencial de DILMA em 2010, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); QUE esta cifra foi anotada por MANTEGA em um papel e mostrada ao COLABORADOR em uma das reuniões em que se negociava sobre o assunto; QUE o valor veio espontaneamente de MANTEGA, sem qualquer correlação com o benefício que a BRASKEM teria ao final; QUE, tendo em vista a gravidade do tema para a BRASKEM, cujo passivo era bilionário e poderia comprometer suas atividades, o COLABORADOR resolveu, com a concordância do Presidente da BRASKEM à época (BERNARDO GRADIN, assumir o compromisso dos R\$ 50.000.000,00 cinquenta milhões de reais) solicitados por GUIDO MANTEGA; QUE essa solicitação foi feita diretamente por ele em uma reunião com o depoente; QUE a reunião se deu no escritório do Ministério da Fazenda na av. Paulista, que era na sede da Caixa Econômica Federal, provavelmente no segundo semestre de 2009; QUE MANTEGA disse que tinha uma expectativa de doação para a campanha de Dilma no valor de R\$50.000.000,00; QUE MANTEGA não falou do valor, mas o anotou num papel e mostrou ao colaborador, ficando claro para o colaborador que a doação seria dada em contrapartida à edição da MP nº 470/2009, posteriormente alterada pela MP nº 472/2009, como passa a esclarecer; QUE quem vai poder explicar melhor este assunto é Maurício Ferro, que era diretor jurídico da Braskem, no período de 2002 a 2013; QUE a BRASKEM ficou responsável pelo custo desta contribuição, conforme previsto na Planilha Italiano, quando se refere a fonte "BK" "

E ainda:

"QUE, então, foi editada a MP 470, trazendo um regime específico para tratamento do passivo do IPI alíquota 0% e crédito-prêmio de IPI, ao qual a BRASKEM aderiu, como diversas outras empresas que tinham o mesmo passivo fiscal aderiram (Anexos 6.D e 6.G); QUE o COLABORADOR acha, inclusive, que ao final puderam aderir ao Refis empresas com diferentes passivos, além dos que envolviam a nossa negociação; QUE a adesão da BRASKEM ao Refis previsto na MP 470/2009 foi feita em 2009 mediante o pagamento de parte dos débitos com prejuízos fiscais gerados até 2008 e parte em dinheiro; QUE os valores em espécie foram divididos em 12 parcelas mensais, a primeira com vencimento em novembro de 2009; QUE o pleito feito a GUIDO MANTEGA havia sido, portanto, atendido; QUE, ainda assim, considerando que a BRASKEM teve prejuízos fiscais no ano de 2009, o COLABORADOR fez um novo pleito ao Ministro GUIDO MANTEGA, pedindo-lhe que fosse inserida previsão legal para permitir a utilização de prejuízos fiscais também de 2009 (não se limitando ao ano de 2008) para a quitação das parcelas vincendas do Refis da BRASKEM; QUE como o COLABORADOR tinha recebido de GUIDO MANTEGA a certeza de que seria editada uma Medida Provisória para atender este pleito, comunicou à BRASKEM que, a ver do COLABORADOR, ela poderia suspender os pagamentos das parcelas nos termos da MP 470/2009; QUE, como prometido, o Ministério da Fazenda encaminhou proposta de inclusão de dispositivo legal à MP 472/2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, contemplando, em seu art. 81, o pleito da BRASKEM (Anexo 6.E e 6.F); QUE foi com base na edição da MP 472/2009 que foi viabilizada a utilização de passivos relativos ao ano de 2009; QUE esse pedido foi feito a posteriori em função de que somente perto do final do ano houve a solidificação do prejuízo; QUE assim a BRASKEM pode quitar as seis últimas parcelas do seu Refis que estavam pendentes, bem como as parcelas que deixaram de ser pagas com o prejuízo fiscal de 2009;"

No trecho seguinte, explicou como foi repassada parte do pagamento:

"Que Palocci acompanhou toda a evolução do problema, até a sua solução, inclusive participando de algumas reuniões junto com Guido Mantega; que Palocci era o avalizador desse compromisso junto ao Presidente Lula, sinalizando que em função do primeiro veto realizado na MP 460 seria dada uma solução ao problema enfrentado pelas empresas; que nesse contexto ele introduziu o assunto junto a Guido Mantega; que esses R\$ 50 milhões, apesar de terem sido a solicitado ao colaborador a pretexto de campanha eleitoral de Dilma Roussef em 2010 não foram utilizados durante a campanha; que este crédito permaneceu lançado na Planilha Italiano após a eleição e somente foi utilizado por determinação de Guido Mantega a partir de 2011, para fins diversos, de acordo com a orientação do ex-Ministro, como, exemplo, patrocínio à Revista Brasileiros, pagamentos a João Santana, bem como para pagamentos a João Vaccari; que nas reuniões com Guido Mantega recebia o pedido de fazer pagamentos a João Santana, escrevendo o valor num papel e mostrando; que o colaborador não sabia para que campanha estava pagando, mas ligava para Hilberto e autorizava os pagamentos; (...)"

Ainda segundo Marcelo Bahia Odebrecht, os executivos da Braskem Petroquímica e da Odebrecht, Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Bernardo Afonso de Almeida Gradin e Newton Sergio de Souza,

tinham conhecimento do acerto criminoso.

"que todos os destinatários [da mensagem de 19/04/2010] sabiam de todos os aspectos da negociação, inclusive da exigência de R\$ 50 milhões; (...)que quanto a Bernardo Gradin, que era o Presidente da Braskem, nada poderia ser feito sem autorização dele; que ele era o responsável pela solução do problema; que Maurício Ferro, que era o diretor jurídico da Braskem, era o responsável pelas tratativas deste tema junto ao Ministério da Fazenda, em coordenação junto às outras empresas; (...)"

"que as questões internas relativas às demandas da empresa, sobretudo a necessária contrapartida de 50 milhões de reais eram de conhecimento de Maurício Ferro, Bernardo Gradin, Newton de Souza e seu pai (...)"

Também o acusado Antônio Palocci Filho, confirmou tais fatos, conforme depoimento prestado na ação penal 5063130-17.2016.4.04.7000, admitindo não só o acerto de corrupção com o Grupo Odebrecht, mas o acerto específico em questão (evento 1.077):

Transcreve-se apenas o trecho relativo ao episódio no qual, segundo ele, Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, teria solicitado vantagem indevida ao Grupo Odebrecht:

"Juiz Federal:- Certo. Eu não vou entrar em detalhes de coisas assim que não são tão pertinentes ao processo, mas uma questão eu tenho que perguntar aqui nessa ação porque o senhor Marcelo Odebrecht declarou isso, ele mencionou que na época da aprovação do Refis da crise em 2009 teria recebido uma solicitação de 50 milhões reais, salvo engano, para que os interesses da Odebrecht fossem atendidos na aprovação dessa legislação, mencionou, salvo engano de memória meu, que essa solicitação teria vindo do ministro Guido Mantega, mas que o senhor teria conhecimento disso, isso aconteceu mesmo?"

Antônio Palocci Filho:- É verdade, aconteceu, aconteceu, o senhor me permite?"

Juiz Federal:- Sim.

Antônio Palocci Filho:- Desculpa lhe ocupar tanto tempo.

Juiz Federal:- Não, que é isso.

Antônio Palocci Filho:- Teve dois episódios, um episódio começou com a MP 460, a MP 460, acho que o senhor conhece esse assunto..."

Juiz Federal:- Sim.

Antônio Palocci Filho:- Ela restabeleceu o crédito prêmio, aí o ganho das empresas não seria de alguns bilhões, seria de dezenas de bilhões, e aí um grupo liderado pelo Marcelo Odebrecht, onde tinha também Benjamin Steinbruch, Rubens Ometto, a Votorantim, todas as grandes exportadoras do Brasil foram ao congresso pedir para a gente restabelecer esse crédito prêmio de IPI. Eu havia lutado contra esse crédito prêmio junto com o ministro Luiz Fux na época em que eu era ministro da fazenda, mas o Luiz Fux era ministro do STJ, ele era relator desse caso, ele nos ajudou a não dar ganho de causa para

o contribuinte nesse caso que o imposto já tinha sido extinto, já tinha sido extinto, eles queriam o restabelecimento de um imposto extinto. Eles me procuraram no Congresso, Marcelo Odebrecht em particular porque tinha mais relação comigo, insistindo muito, muito, ele fez mais de dez reuniões comigo para que aprovassem a MP 460, eu falei umas dez vezes que não votaria a favor; essa MP foi votada, nós votamos, nossa bancada votou contra, eu digo, doutor, não sou contra negociação com empresa, mas esse caso me pareceu escandaloso, uma coisa absurda, eram 200 bilhões envolvidos, então eu disse a eles que eu não ia apoiar isso, mas a legislação foi aprovada. Ato seguinte, eu fui ao presidente Lula junto com o ministro Guido e pedimos que o presidente Lula vetasse, ele vetou, em seguida veio o Refis da crise, e nesse meio tempo o STF decidiu que as empresas tinham que pagar e não receber, e nesse momento o Marcelo pede a mim, mas eu digo 'Olhe, você tem que resolver com o Guido' e tal, ele pede parcelamento do pagamento, ali já era diferente da MP 460, a MP 460 era uma coisa muito mais amena, e ele me disse, o Marcelo na época me disse que o ministro Guido havia solicitado 50 milhões para ele, eu não vi o ministro Guido solicitar; eu não estive presente, mas o Marcelo de fato me falou que houve uma solicitação nessa época de 50 milhões e que ele disse, Marcelo, que ele pôs isso na planilha constando como um crédito que ele tinha criado para o ministro Guido.

Juiz Federal:- Mas ele disse ao senhor que ele colocou nessa, vamos dizer, conta corrente, nessa planilha?

Antônio Palocci Filho:- Me informou, me informou em 11 só, quando ele falou dessa planilha, não na época, ele me informou em 11 que dentro dessa planilha tinha 50 milhões que era derivado desse projeto do Refis, chamado Refis da crise, que ele tinha acertado com o ministro Guido Mantega, mas eu não participei da reunião em que isso foi eventualmente combinado."

Evidentemente, tanto Marcelo Bahia Odebrecht e Antônio Palocci Filho são pessoas que, confessadamente, se envolveram em crimes e buscam benefícios penais através da colaboração.

Seus depoimentos devem ser vistos com reservas e precisam de prova de corroboração.

Aqui se trata, porém, de uma fase inicial da ação penal. A instrução penal serve para confirmar ou derrubar a acusação.

Apesar disso, mesmo nessa fase inicial, existem elementos probatórios independentes, especialmente as referidas planilhas eletrônicas e mensagens eletrônicas apreendidas que dão apoio, prima facie, à tese da Acusação.

As planilhas já foram referidas acima.

Destaco agora somente algumas das mensagens eletrônicas pois nessa fase não cabe análise exaustiva.

Mensagem de 20/01/2009 enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a diversos executivos do Grupo Odebrecht, como Alexandrino Alencar e Cláudio Melo Filho, e com cópia para os

acusados Bernardo Afonso de Almeida Gradin, Maurício Roberto Carvalho Ferro e Newton Sergio de Souza, com o título "Italiano" e na qual trata sobre a negociação em andamento e ainda sobre a propina que seria negociada (fl. 67 da denúncia):

"Era outro assunto (na verdade 3 outros)

Combinamos de semana que vem ele sentar com AA e NS para falar de estratégia e na minha volta sobre o DGI para o qual estou esperando o mapa das empresas beneficiárias que está sendo elaborado. Ele confirmou que conhece bem o relator."

Esclareça-se que a expressão "DGI" era, segundo Marcelo Bahia Odebrecht, empregada para designar os recursos que possibilitariam os pagamentos de vantagens indevidas.

Mensagem de 03/05/2009 enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a Maurício Roberto Carvalho Ferro (fl. 72 da denúncia), com o assunto "IPI", e na qual há referência a reunião a ser realizada, com afirmação que sugere que nela seria negociada vantagem indevida em troca do auxílio da autoridade:

"Sim, Mas vou 1º dar chance de ele apresentar a conta, se for isto que tiver inibindo a solução."

Na mensagem de 28/08/2009, Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Diretor jurídico da Braskem, encaminhou mensagem, com o assunto "Novo Refis", a Marcelo Bahia Odebrecht, com planilha da dívida da Braskem decorrente do aproveitamento indevido do crédito prêmio do IPI. Com a reduções de multas, juros e mora e o aproveitamento dos prejuízos fiscais, a dívida de R\$ 5.491.351,00 seria reduzida para R\$ 1.934.323,00. Na resposta a essa mensagem, de Marcelo Bahia Odebrecht para Maurício Roberto de Carvalho Ferro, há referência ao "Italiano", referência cifrada a Antônio Palocci Filho e ainda a Nelson Machado, Secretário Executivo da Fazenda ao tempo dos fatos e subordinado ao Ministro Guido Mantega:

"CMF: atentar para estes detalhes de ao entrar em um, poder ainda usar o outro com outros tributos."

Ao reconhecer o Zero tb não teríamos um prejuízo que poderíamos usar?

Podemos usar o prejuízo ou o 33% do prejuízo (alíquota de IR e CSL)? Acho que o Nelson Machado está armando para soh usarmos o Imposto do prejuízo fiscal."

Seria importante trabalharmos nossa proposta a todos estes pontos para CMF entregar a RJ e eu ao Italiano na 2a."

AA: acabou de receber a info que o amigo de meu pai disse que este assunto delegou para o Italiano resolver. Daí a presença dele."

Mensagem de 02/12/2009 enviada por Maurício Roberto de Carvalho Ferro a Marcelo Bahia Odebrecht e Claudio Melo Filho (fl. 79 da denúncia) na qual faz-se referência a "compromisso da MP e da contra-partida, sendo ela uma resposta a mensagem prévia de Marcelo Bahia Odebrecht de que se encontraria com Guido Mantega ("GM"):

"No assunto IPI, vale a pena reconfirmar o compromisso da MP e da contra-partida."

Mensagem de 13/08/2010 enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a Bernardo Afonso de Almeida Gradin (fl. 55 da denúncia), com o assunto "Sucessor italiano", há uma referência à afirmada parte da vantagem indevida paga pelo Grupo Odebrecht por solicitação do Ministro Guido Mantega, na forma disfarçada de patrocínio da Braskem Petroquímica à Revista Brasileiros. Transcreve-se:

"Me garantiu que ia agir direto com PR sobre incentivo MP. Demonstrou 'firmeza'.

Preciso que atenda um pedido dele de compra/adiantamento de propaganda para a revista Brasileiros no valor de 500mil. Eles vão J"

Na mensagem de 22/03/2010, enviada por Maurício Roberto de Carvalho Ferro, com o assunto "Emenda MP 470", a Marcelo Bahia Odebrecht consta sugestão do primeiro ao segundo para que "cobrasse" de Guido Mantega e de Antônio Palocci Filho a edição de uma nova medida provisória sobre o parcelamento e com a previsão de aproveitamento dos prejuízos fiscais. Transcreve-se (fl. 72 da denúncia):

"Marcelo,

Acho que vale a pena você cobrar do GM e do Italiano a expedição de uma nova MP sobre nosso assunto. Há um movimento de se reintroduzir a matéria através de inserção de emenda em outra MP, que já estaria no Senado.

Cláudio e eu achamos que em função dos prazos (aprovação no Senado, Camara e sanção pelo Presidente), o melhor seria sair uma MP específica sobre o tema, conforme havia sido prometido originalmente.

Abaixo o e-mail que enviei ao Nelson Machado.

Estou no encalço do NM sobre este assunto. CM está se alinhando com o primo."

Na mensagem de 28/08/2012 (fl. 80 da denúncia) enviada por Marcelo Bahia Odebrecht a Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, chefe do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, há uma referência à "conta de G", sendo que os valores ali mencionados conferem com os lançados na referida planilha "Pós-Itália":

"Veja o e-mail que mandei.

Se não me engano o que havia combinado seria agregar na conta de G um valor que PA acertou para um projeto em SP (crédito de 1 M até outubro e se não me engano 21 até 2014), assim ele passaria a ter 50 (pertencente ao ex) + 23 (atual). Temos que manter os 2 saldos em separado, mas vamos creditando tudo. A princípio o 15M sai dos 23 (atual), mas o 21 só entra até 2014, assim vamos tratando os créditos juntos (é o que disse a ele)."

Verifica-se ainda que, conforme consta em mensagem anterior, os "15M", quinze milhões de reais, eram destinados a "Feira", que era o codinome utilizado para João Cerqueira de Santana Filho e Monica Regina Cunha Moura pelo Setor de Operações Estruturadas.

A participação dos executivos do Grupo Odebrecht em mensagens com linguagem cifrada e com codinomes para os agentes públicos e, em alguns casos, com conteúdo que sugere acertos de corrupção (v.g.: "DGI", "apresentar a conta", "contrapartida"), dá amparo, preliminar, à declaração de Marcelo Bahia Odebrecht de que os acusados Bernardo Afonso de Almeida Gradin, Maurício Roberto de Carvalho Ferro e Newton Sergio de Souza tinham conhecimento de que a negociação dos parcelamentos especiais do "Refis da crise" envolveriam o pagamento de vantagem indevida aos agentes públicos. Cabe adicionar, quanto a Bernardo Afonso de Almeida Gradin e Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Presidente e Diretor Jurídico, respectivamente, da Braskem Petroquímica, que esta empresa foi a principal beneficiada pelo acerto de corrupção e que também teria provindo dela, segundo a denúncia, o recursos que geraram o crédito de cinquenta milhões de reais para Guido Mantega, o que sugere o conhecimento e participação ativa deles no crime.

De forma semelhante, a referência sucessiva a codinomes identificados como Guido Mantega nas planilhas e nas mensagens, além da própria e paulatina modificação das medidas provisórias, com aprovação de normas que convergem com o especificamente solicitado pelos executivos do Grupo Odebrecht, também conferem amparo, preliminar, à denúncia contra o ex-Ministro da Fazenda.

Agregue-se ao quadro probatório a inusitada revelação de que o acusado Guido Mantega é titular de não só uma, mas de pelo menos duas contas no exterior, uma em nome pessoal e outra em nome da off-shore Papillon Company, ambas abertas no Banque Pictet & Cie S/A (evento 1, anexo66). A conta em nome próprio teria um saldo de USD 143.608,00 e estaria bloqueada provisoriamente pelas autoridades suíças. A conta em nome da off-shore Papillon Company teria um saldo de USD 1.777.213,00 e também estaria bloqueada provisoriamente pelas autoridades suíças. Embora as informações sobre as contas não estejam completas, os créditos remontam a 2007. A conta da off-shore e o saldo respectivo só foram informadas no Brasil quando da adesão, em 21/07/2017, pelo acusado Guido Mantega ao programa de regularização cambial e tributária aprovado pela Lei nº 13.254/2016.

Tem-se, portanto, que o ocupante do cargo de Ministro da Fazenda no Brasil, entre 27/03/2006 a 01/01/2015, matinha ativos de quase dois milhões de dólares no exterior não declarados às autoridades brasileiras, nem mesmo a Receita Federal.

Embora a Defesa tenha, em petição apresentada a este Juízo (evento 256 do processo 5035133-59.2016.4.04.7000), buscado justificar a origem do numerário em suposto pagamento por fora de negócio imobiliário do Brasil, a questão precisará ser melhor avaliada no momento e no processo próprio.

Também há referência na denúncia a mensagens que tratam dos pagamentos a João Cerqueira de Santana Filho e Monica Regina Cunha Moura, com pontuais referências aos codinomes atribuídos a Guido Mantega (fls. 111, 118, 119, 120 e 124).

Em planilhas e mensagens ainda referência ao nome de André Luis Reis Santana.

Presente, portanto, indícios suficientes dos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro

Isso não significa, por evidente, juízo de culpa, sendo a afirmação e análise ora realizada resultado de cognição sumária de fatos e de provas.

Observo, por oportuno e em vista da petição do evento 3, que, para os crimes em questão, a competência é, em princípio deste Juízo.

Primeiro, o crime de corrupção envolve agentes públicos federais, o então Ministro da Fazenda. Como não tem mais foro privilegiado, a competência passa a ser da Justiça Federal

A denúncia descreve um claro crime de corrupção no qual cinquenta milhões de reais teriam sido disponibilizados a Guido Mantega pelo Grupo Odebrecht como contrapartida específica à edição e à aprovação de medidas provisórias nas condições pretendidas pelo grupo empresarial.

Não se trata, portanto, de crime eleitoral, ainda que parte do dinheiro possa ter sido utilizada posteriormente para remuneração indevida de profissionais do marketing eleitoral.

O princípio da especialidade afasta, em princípio, a configuração de eventual crime eleitoral, restando apenas o crime de corrupção e a lavagem subsequente.

Não há, aliás, qualquer apuração em curso perante este Juízo quanto ao crime do art. 350 do Código Eleitoral.

Não há, portanto, contrariedade ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos processos citados na petição do evento 3, já que os julgados tiveram presentes fatos parciais, o direcionamento de valores do Grupo Odebrecht para profissionais do marketing, e não o acerto de corrupção que é objeto desta denúncia.

Ademais, os depoimentos de Marcelo Bahia Odebrecht sobre o acerto de corrupção envolvendo Guido Mantega foram prestados em ações penais perante este Juízo e igualmente prestados na fase de investigação do acordo de colaboração, após o que foram remetidos expressamente a este Juízo pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decisão do Ministro Edson Fachin de 04/04/2017 na Petição 6.664/DF. Ou seja, o próprio Supremo Tribunal Federal remeteu a apuração do acerto de corrupção a este Juízo.

Ainda que assim não fosse, ou seja, ainda que remanescesse crime eleitoral, a jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a conexão entre crime eleitoral e crime federal enseja a obrigatória separação dos processos, pois a competência da Justiça Eleitoral não se estende aos crimes federais, já que a competência da Justiça Federal, definida constitucionalmente, se sobrepõe às regras de conexão da legislação ordinária (precedentes CC 126.729/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Seção, un., j. 24/04/2013, CC 39.357/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, un., j. 09/06/2004, CC 19.478/PR, Rel. Ministro Fontes de Alencar, Terceira Seção, un., j. 28/03/2001). Transcreve-se um dos precedentes:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME ELEITORAL. CONEXÃO. CRIME FEDERAL. FRAUDE. PREVIDÊNCIA SOCIAL. ART. 78, INCISO IV, DO CPP. NÃO-APLICAÇÃO. NORMAS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA JUSTIÇA ELEITORAL E JUSTIÇA COMUM FEDERAL. 1. Consta dos autos que os Réus realizaram fraude para obter benefício previdenciário em detrimento do INSS, sendo as condutas tipificadas no art. 299 do Código Eleitoral e 171, § 3º, do Código Penal, verificando-se a ocorrência da conexão. 2. Contudo, não pode permanecer a força atrativa da jurisdição especial, pois ocorreria conflito entre normas constitucionais, o que não é possível em nosso ordenamento jurídico. 3. Na hipótese vertente, não pode persistir a unidade processual, devendo o crime do art. 299 do Código Eleitoral ser julgado pela Justiça Eleitoral e o crime do art. 171, § 3º, do Código Penal pela Justiça Comum Federal. 4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 309ª Zona Eleitoral de Três Marias/MG para o crime de competência eleitoral e competente o Juízo Federal da 9ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para o crime de competência federal." (CC 39.357/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/06/2004, DJ 02/08/2004, p. 297)

Segundo, há conexão com casos que tramitaram ou tramitam perante este Juízo.

Com efeito, o Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, foi descoberto nas investigações que tramitam perante este Juízo, processos 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.4.04.7000, e deram origem a várias ações penais que aqui tramitam ou tramitaram, como as de nos 5019727-95.2016.4.04.7000, 5035263-15.2017.4.04.7000, 5023942-46.2018.4.04.7000, 5054787-95.2017.4.04.7000 e 5054932-88.2016.4.04.7000.

A suposta conta geral de propinas do Grupo Odebrecht com agentes do Partido dos Trabalhadores vinculados à Presidência da República e os fatos foram descobertos em quebras de sigilo telemática e busca e apreensões autorizadas por este Juízo, 5010479-08.2016.4.04.7000 e 5003682-16.2016.4.04.7000, o que gera prevenção, além de já terem sido objeto de ações penais em trâmite perante este Juízo, como a ação penal 5054932-88.2016.4.04.7000.

A Braskem Petroquímica que, segundo a denúncia, foi a empresa beneficiada pelo acerto de corrupção, também figurou como origem dos crédito da vantagem indevida. A Braskem é controlada pelo Grupo Odebrecht. A Petrobrás é titular de significativa posição acionária, embora sem controle. Na ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000, já julgada por este Juízo, foi constatado que a Braskem, através do Setor de Operações Estruturadas, pagou vantagem indvida a executivo da Petrobrás, em decorrência de acertos de corrupção que envolviam o fornecimento de nafta por preço abaixo do mercado, ou seja, a mesma empresa, o mesmo modus operandi, apenas com a alteração do beneficiário.

De todo modo, eventuais questionamentos da competência deste Juízo poderão ser, querendo, veiculados pelas partes, inclusive pela Defesa de Guido Mantega, através do veículo próprio no processo penal, a exceção de incompetência, quando, então, serão, após oitiva do MPF, decididos segundo o devido processo.

3. Presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, **recebo** a denúncia contra os acusados acima nominados, especificamente André Luis Reis Santana, Bernardo Afonso de Almeida Gradin, Fernando Migliaccio da Silva, Guido Mantega, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, João Cerqueira de Santana Filho, Marcelo Bahia Odebrecht, Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Monica Regina Cunha Moura e Newton Sergio de Souza.

Ressalvo Antônio Palocci Filho. Segundo a denúncia, apesar dele ter participado dos fatos e informado sobre o acerto de corrupção, consta que teria sido Guido Mantega o responsável específico pela solicitação e pela posterior utilização dos cinquenta milhões de reais decorrentes.

Então, quanto a ele, entendo que, no presente momento, pela narrativa da denúncia e pelas provas nas quais se baseia, carece prova suficiente de autoria em relação a ele. **Rejeito**, portanto, por falta

de justa causa a denúncia contra Antônio Palocci Filho sem prejuízo de retomada se surgirem novas provas. Em decorrência da rejeição, poderá, se for o caso, ouvido como testemunha.

Relativamente aos acusados colaboradores e confessos, oportuno destacar que essa condição não impede a denúncia ora formulada e que, de todo modo, no caso de eventual condenação serão concedidos a eles os benefícios decorrentes.

Antes de determinar a citação dos acusados, **esclareça o MPF** sua posição quanto aos acusados colaboradores já condenados por outras ações penais, Fernando Migliaccio da Silva, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho, João Cerqueira de Santana Filho, Marcelo Bahia Odebrecht e Monica Regina Cunha Moura, se já não atingiram condenações pelo máximo de pena prevista nos acordos. Prazo de cinco dias.

Anotações e comunicações necessárias.

Certifiquem-se e solicitem-se os antecedentes dos acusados, aproveitando, quando possível, o já obtido nas ações penais conexas.

Consigno que a denúncia e a ação penal deverão tramitar sem sigilo. O interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (art. 5º, LX, e art. 93, IX, da Constituição Federal) impedem a imposição de sigilo sobre autos. Não se trata aqui de discutir assuntos privados, mas supostos crimes contra a Administração Pública. A publicidade propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal.

Intime-se o MPF desta decisão, bem como eventuais defensores já cadastrados. Com a manifestação acima, voltem conclusos com destaque.

Curitiba, 13 de agosto de 2018.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700005386222v49** e do código CRC **216f8863**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO
Data e Hora: 13/8/2018, às 18:57:56
